

**A solução iraniana:
as relações entre estados unidos e irã em face da atual agenda norte-americana
para o oriente médio**

Douglas Henrique Novelli*

Resumo: A presente pesquisa busca apresentar um resumo conciso que explique o atual processo de suavização nas relações entre Estados Unidos e Irã, determinando suas origens ao mesmo tempo que se busca traçar perspectivas a médio prazo. Para tanto, o artigo foi dividido em duas partes, sendo a primeira um estudo histórico da evolução das relações entre os dois Estados e a segunda um breve estudo das atuais agendas norte-americana e iraniana dentro da atual conjuntura política do Oriente Médio.

Palavras-chave: Estados Unidos; Irã; Oriente Médio.

Abstract: This study aims to present a concise summary that explains the current process of softening in the relations between the US and Iran, determining their origins at the same time it seeks to trace medium-term prospects. To this end, the article was divided into two parts, the first being a historical study of the development of relations between the two states and the second a brief study of the current US and Iranian agendas under the current Middle East political situation.

Keywords: United States; Iran; Middle East.

1. Introdução

A Revolução Iraniana de 1979 representa um ponto de inflexão na política externa do Irã, levando-o a se tornar um dos poucos Estados a passar pelo processo que Charles Hermann denominou de reorientação geral a nível internacional, o qual define como “uma mudança essencial no papel e nas ações de um ator a nível internacional” (HERMANN, 1990, p.5-6, tradução nossa). Se sobre o regime do Xá Mohammad Reza Pahlavi a postura iraniana almejava o posto de potência regional alinhada aos interesses norte-americanos e israelenses no Oriente Médio, com o retorno de Aiatolá Khomeini após 14 anos de exílio e sua subsequente ascensão ao posto de Líder Supremo da República Islâmica do Irã, os padrões de amizade e inimizade a nível internacional observaram mudanças tão amplas quanto as promovidas no âmbito doméstico.

Logo no primeiro momento as relações junto ao governo norte-americano foram impactadas em decorrência do contínuo apoio fornecido por Washington ao governo do Xá nos anos anteriores, iniciado com a participação ativa da CIA na recondução do

* Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0924682156757697>. Email: dhn2532@msn.com

mesmo ao poder em 1953, após a derrubada do então primeiro-ministro iraniano, Mohammed Mossadeq. Já instável, a situação se tornou crítica após o sequestro de membros da embaixada norte-americana em Teerã por parte de um grupo de estudantes iranianos, levando ao rompimento formal das relações entre os dois Estados.

A partir deste ponto, as relações entre Irã e Estados Unidos foram marcadas por um claro padrão de inimizade e conflito latente. Se por um lado Washington declarava o Irã um inimigo do ocidente, por outro as lideranças iranianas como o próprio Aiatolá Khomeini passaram a se referir aos Estados Unidos formalmente pela notável alcunha de “Grande Satã” (Ramazani, 2008, p. 8, tradução nossa).

Durante as décadas que se seguiram, contínuos avanços e retrocessos assinalaram o relacionamento bilateral entre os dois Estados, cronologicamente associadas a avanços e retrocessos em seus próprios cenários domésticos, expressos por meio de suas lideranças nacionais. Nesse sentido, apenas dois fatores se mantiveram constantes: a intensa desconfiança mútua e as polêmicas acerca do projeto nuclear iraniano, iniciado ainda na época do Xá Reza Pahlavi e retomado nos primeiros anos após a revolução.

Recentemente, ambos os governos retomaram as negociações, com os Estados Unidos liderando uma comissão junto a outros cinco Estados para discutir o futuro do controverso programa nuclear iraniano. Após meses de debate intenso, as partes chegaram em um acordo que limitou as capacidades nucleares iranianas e pôs fim às sanções econômicas ao país uma vez que a AIEA confirme que este implementou os compromissos firmados.

Tal acordo se destaca não apenas por ser a primeira vez em mais de três décadas em que lideranças norte-americanas e iranianas dão demonstrações reais de estarem dispostas a manutenção do diálogo a médio prazo, mas também por seus potenciais impactos na atual conjuntura política regional, marcada sobretudo pela instabilidade surgida ao longo da Primavera Árabe e pelo crescimento do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. Assim, mesmo com pauta das discussões tendo se limitando ao programa nuclear iraniano, o futuro do Oriente Médio como um todo tende a ser impactado pelo sucesso ou pelo fracasso do acordo firmado.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva apresentar um resumo conciso dos principais impactos e perspectivas nascentes do atual diálogo estabelecido entre Estados Unidos e Irã para as relações internacionais a nível regional no Oriente Médio. Assim, se buscará: (1) apresentar um quadro histórico preciso que explique a reabertura do diálogo entre os dois Estados; (2) apontar os elementos favoráveis e contrários ao estabelecimento e manutenção do diálogo contínuo entre os dois Estados e; (3) determinar os impactos que a potencial normalização das relações entre Estados Unidos e Irã terão sobre a geopolítica do Oriente Médio.

2. Revisão Histórica

Apesar do Irã (então chamado de Pérsia) ser o lar de uma das mais antigas civilizações do mundo, atingindo o auge do seu poder por volta de 550 a.C., no alvorecer do século XX a decadência de sua antiga glória era inegável. Localizada na Ásia Ocidental, tendo a oeste o Oriente Médio, ao norte o Mar Cáspio e ao sul o Golfo Pérsico, a posição geoestratégica Pérsia por muitos séculos despertou a ambição de poderes exteriores, levando-a a ser constantemente invadida ao longo de sua história. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, a Pérsia, apesar de se declarar oficialmente neutra, acabou sendo arrastada para o conflito: ao final da guerra, seu território havia servido de campo de batalha para as forças russas, britânicas e otomanas, causando consequências catastróficas na economia e na moral de seu povo, criando assim o que Pollack (2005, p.27) aponta como um cenário ideal para o surgimento de um líder forte e carismático, um líder como o futuro fundador da dinastia Pahlavi, Reza Khan.

A chegada ao poder de Reza Khan ocorreu de modo gradual, exercendo em um primeiro momento um papel secundário no golpe que levou ao fim da dinastia Qajar. Adentrando Teerã em fevereiro de 1921 junto a brigada cossaca¹ sob seu comando,

¹ Durante décadas a Pérsia foi disputada como um território de influência por parte dos impérios britânico e russo. A Convenção Anglo-Russa de 1907 colocou fim a disputa ao dividir o território Persa em três zonas de influência, sendo uma britânica ao sul, uma russa ao norte e uma pequena região neutra ao centro. Na região sob controle russo se desenvolveu a Brigada Cossaca Persa, uma unidade de cavalaria de elite moldada conforme as brigadas cossacas do Cáucaso, cujos regimentos faziam parte do Exército Imperial Russo.

Reza Khan agiu inicialmente sob o suposto argumento de proteger a monarquia de uma iminente revolução, assumindo o comando das forças armadas e reivindicando que seu aliado, o jornalista Sayyid Zia-al-Din Tabatabai, fosse nomeado primeiro-ministro. Nos anos que se seguiram Reza Khan continuou a ampliar seus poderes dentro do governo persa: em maio de 1921 forçou a saída de Sayyid Zia e de vários antigos aliados dos cargos por estes ocupados, passando exercer o cargo de ministro da guerra; já em 1923 assume o posto de primeiro-ministro e, dois anos depois, o parlamento oficialmente depõe o último monarca da dinastia Qajar e nomeia Reza Khan o novo Xá do Irã, assumindo então o nome oficial de Reza Xá Pahlavi (Pollack, 2005, p. 27).

Frequentemente lembrado pelo nacionalismo imbuído em suas políticas e pelo processo de modernização pelo qual submeteu o Irã, o regime de Reza Xá Pahlavi chegou ao fim em parte dado a estes fatores. Como apresenta Pollack (2005);

Após a invasão alemã à Rússia em junho de 1941 empurrar Stálin para os braços de Churchill, provavelmente havia pouca chance do Irã evitar a ocupação estrangeira. Especialmente desde que Reza Shah havia construído a Ferrovia Trans-iraniana, que liga o Golfo Pérsico com o Mar Cáspio, o Irã era simplesmente uma rota boa demais para levar suprimentos até o Exército Vermelho para os Aliados não ocupá-lo.

Nesse sentido, em agosto de 1941 os governos britânico e soviético demandaram que o Irã colocasse a Ferrovia Trans-iraniana a sua disposição. Frente a negação do Xá em atender ao pedido, o Irã foi invadido pelas tropas aliadas. Poucos dias depois o confronto estava findado com a completa derrota das tropas iranianas face aos exércitos europeus. Forçado a renunciar, Reza Xá Pahlavi partiu para o exílio² deixando para seu filho a posição de Xá do Irã. Mohammad Reza Pahlavi foi coroado no dia 25 de agosto de 1941, se tornando assim o segundo e último monarca da dinastia Pahlavi.

Apesar das limitações geradas pela ocupação, o novo Xá reteve considerável parcela de seu poder: embora o Irã tenha sido dividido em duas zonas administrativas, uma ao norte dominada pela URSS e outra ao sul controlada pelo Reino Unido, o governo central ainda se manteve responsável pela maior parte das decisões administrativas. As duas potências exteriores ainda garantiram a integridade territorial nacional, prometeram a retirada poucos meses após o fim da guerra e permitiram que o

² Reza Xá Pahlavi permaneceu exilado na África do Sul até sua morte em 1944.

Irã conservasse um exército de pelo menos 80 mil homens e 24 mil gendarmes³ (Abrahamian, 2008, p.98).

Findada a ocupação, o controle político do Irã se manteve nas mãos de uma pequena elite, a qual fluuava em torno do Xá. Embora existisse oposição ao regime, ela se encontrava dividida entre grupos muito diversos e em constante conflito entre si. Essa situação começou a se alterar a partir de fevereiro 1949, quando o Xá, após sobreviver a uma tentativa de assassinato, buscou aproveitar-se do súbito aumento de sua popularidade para ampliar seus poderes, introduzindo mudanças na constituição e exilando líderes opositoristas (muitos destes ligados ao clero). O resultado foi desastroso: tais políticas, em última instância, foram responsáveis por fortalecer e aproximar os movimentos de oposição ao regime (Pollack, 2005, p.52-53). A instabilidade política foi ainda impulsionada pelos problemas econômicos gerados por uma péssima safra nos anos de 1949 e 1950. Assim, os olhos da população começaram se voltar para uma das maiores riquezas nacionais, o petróleo, cuja exploração era então controlada pela britânica Anglo-Iranian Oil Company (AIOC).

Dentre as várias forças políticas que ganharam força no cenário doméstico, destacava-se sobretudo a Frente Nacionalista do Irã, partido nacionalista de que atingiu grande popularidade e cujo líder, Mohammed Mossadeq, veio a se tornar o primeiro-ministro do Irã em 1951. Em sua essência, o discurso político defendido pelos nacionalistas era que a postura de subserviência adotada frente a potências exteriores havia comprometido a própria soberania e governabilidade do Irã. Assim, seguindo a plataforma defendida por seu partido, Mossadeq iniciou o processo de nacionalização das reservas de petróleo, gerando uma severa desavença com o governo britânico, levando ao boicote ao petróleo iraniano (Abrahamian, 2008, p.114).

Buscando uma saída para a crise, Mossadeq se voltou para Washington em busca de apoio. Embora em um primeiro momento a postura do governo norte-americano tenha tendido a favor das demandas iranianas, o envolvimento aparente de grupos comunistas no processo de nacionalização do petróleo iraniano e a postura anticidental do movimento acabaram por situar o governo norte-americano contra a

³ Gendarmes são uma força militar encarregada de funções de polícia, atuando, portanto, junto a população civil no âmbito doméstico.

administração de Mossadeq. Assim, pressionado pelos governos norte-americano e britânico, o Xá destituiu Mosaddeq de seu cargo e ordenou sua prisão. Apesar do plano inicial ter falhado, levando inclusive o Xá a fugir do país, poucos dias depois, em meio ao caos incitado em parte por agentes da CIA atuando no Irã, as tropas monarquistas conseguiram capturar Mossadeq e colocar fim ao seu governo (Axworthy, 2008, p.236-237).

Embora tenha governado por um período relativamente curto, Mohammed Mossadeq ocupa um papel notável na memória histórica iraniana, personificando a ingerência de potências externas no Irã. Por sua vez, o governo norte-americano passou a ser visto como o grande responsável pela manutenção do governo do Xá pelos 26 anos seguintes.

De fato, nos anos que se seguiram, a Casa Branca procurou garantir a viabilidade do governo de Mohammad Reza Pahlavi através da contínua ajuda financeira, da assinatura de um acordo bilateral de defesa em 1959 e da ativa participação da CIA na criação na agência de inteligência iraniana, a SAVAK, a qual embora tenha sido edificada sob o argumento de proteger o Irã de forças externas, sobretudo soviéticas, foi amplamente utilizada na repressão a grupos opositores internos (Pollack, 2005, p.74-80). A intensiva presença norte-americana acabou cobrando seu preço ao gerar a percepção de que novamente o Irã se submetia as ingerências de uma potência externa em seus assuntos domésticos, derrubando a já instável popularidade do regime.

Buscando recuperar a confiança da população, o Xá lançou mão de um audacioso plano de reforma política, a qual ficou conhecida como a Revolução Branca, que, entre outros aspectos, garantiu o voto as mulheres e estabeleceu um plano de reforma agrária. Embora em um primeiro momento a resposta tenha sido positiva, evidenciada pelo referendo que aprovou o plano com 5,5 milhões de votos favoráveis de um total de 6,1 milhões de votos (Axworthy, 2008, p. 242), a revolução branca rapidamente se provou um grande erro político, pois ao mesmo tempo que enfraqueceu o controle da aristocracia rural (grupo tradicionalmente pró-monárquico) sobre os camponeses, destinou a muitos dos pequenos agricultores uma parcela de terra insuficiente para garantir sua subsistência. Como a revolução branca veio acompanhada de um plano de mecanização da agricultura (visando melhorar o déficit que as safras

anteriores haviam apresentado), em última instância o resultado foi o desemprego em massa entre a população rural, forçando muitos destes indivíduos a migrar em direção as grandes cidades. Nas cidades, porém, a situação era igualmente precária: a rápida urbanização aliada ao parco desenvolvimento urbano culminou no drástico aumento do custo de vida, sobretudo relacionado a questões de moradia. Em Teerã, por exemplo, o custo dos aluguéis se elevou em 300% em cinco anos (Abrahamian, 1982, p. 497).

Ainda no início da década de 1970 a economia iraniana foi impactada pela Crise de Petróleo de 1973, a qual foi em parte incentivada pelo próprio Xá⁴. Sendo o segundo maior exportador de petróleo do mundo, os rendimentos da indústria petrolífera iraniana saltaram de 885 milhões de dólares em 1971 para 17,8 bilhões de dólares em 1975⁵. Embora não tenha tido acesso aos lucros proporcionados pela Crise do Petróleo, certamente a população sentiu o peso das consequências: o repentino fluxo de dinheiro para o qual a economia iraniana não estava preparada resultou em um grande salto dos índices inflacionários, os quais, segundo dados do próprio governo, passaram de 1,6% em 1970 para 27,1% em 1977. Relatórios do FMI apresentam um quadro ainda mais catastrófico, com a inflação iraniana em 1977 superando 50% ao ano (Pollack, 2005, p.108-111).

Nesse cenário, não é surpreendente que a população iraniana, tradicionalmente religiosa, tenha em grande parte se voltado para seus líderes clericais. Pollack (2005, p.117-118) expõe três razões principais para nova força dos líderes religiosos iranianos na décadas de 1960 e 1970, sendo elas: (1) a urbanização descontrolada, responsável por alterar consideravelmente a vida de tantos camponeses, os quais então se voltavam para a religião em busca de uma base moral sólida e estável; (2) a rápida integração do Irã a economia mundial e as tentativas de ocidentalização forçada do país, fortalecendo a percepção da singularidade cultural iraniana na qual o xiismo exerce papel central e; (3) a própria postura firmemente secular adotada pelo regime, a qual garantia a religião

⁴ A Crise do Petróleo de 1973 foi resultado do aumento organizado do preço do petróleo por parte dos países membros da OPEP em protesto ao apoio norte-americano a Israel durante a Guerra do Yon Kippur. Embora o Xá fosse aliado dos EUA e de Israel, se posicionou abertamente a favor do aumento dos preços visando a consequente elevação do fluxo de capital para o Irã.

⁵ Esse dinheiro em sua maior parte foi utilizado para sustentar as aspirações hegemônicas regionais do Xá, gastando entre 1972 e 1977 aproximadamente 16 bilhões de dólares em armamentos norte-americanos, incluindo a extravagante compra de 300 aeronaves modelo F-16 e 200 F-18 (para os quais o Irã levaria alguns anos para capacitar pilotos para pilotá-los).

uma aura de desafio contra as políticas do Xá. Abrahamian contribui ao debate ao apontar o vácuo criado pela derrubada de Mossadeq e pelo desmantelamento da Frente Nacionalista do Irã, o qual foi eventualmente ocupado pelas lideranças religiosas (Abrahamian, 2013, p. 412).

Dentro deste contexto, ainda em 1963, no início da crise institucional gerada pelas controversas políticas impostas pelo Xá, Aiatolá Ruhollah Khomeini, então uma força de relevância apenas regional, começou a pregar contra o regime de Reza Pahlavi, criticando a corrupção governamental, a negligência com a população carente, a venda de petróleo iraniano ao Estado de Israel e, sobretudo, as contínuas violações da soberania iraniana por parte dos EUA na relação bilateral dos dois Estados. Khomeini acabou se tornando alvo da repressão do regime, sendo preso duas vezes pelo SAVAK e finalmente deportado em 1964 após um duro discurso contra uma nova lei que concedia algo equivalente a imunidade diplomática a militares norte-americanos no Irã (extraterritorialidade que claramente atentava contra a soberania iraniana). Curiosamente, a intensa repressão que sofreu foi precisamente a responsável por tornar Khomeini uma figura respeitada em toda a nação (Axworthy, 2008, p. 243).

Durante seu exílio, Khomeini manteve um fluxo constante de mensagens e discursos criticando o regime⁶, contrabandeados para dentro do país por meio de fitas de vídeo. Conforme a situação política, social e econômica do Irã se deteriorava, mais força ganhava Khomeini e mais o regime do Xá procurava destruir sua imagem. Assim, com o passar dos anos, sua figura evoluiu e se tornou, além do centro da Revolução Islâmica, o estopim da mesma.

No dia 7 de janeiro de 1978, o jornal *Ettela'at* publicou uma reportagem anônima apontando Khomeini como responsável pelos recentes protestos “vermelhos e pretos” (em referência à movimentos comunistas e extremistas islâmicos que supostamente lideravam tais protestos), acusando-o de ser um estrangeiro, espião britânico e alcoólatra, levantando ainda dúvidas acerca de sua sexualidade. Embora Khomeini não tivesse o apoio político de todos os grupos opositoristas, era certamente respeitado pela população como um todo, razão pela qual os protestos em seu favor

⁶ Nesse período, as ideias defendidas pelo Aiatolá Khomeini evoluíram para uma completa teoria de governo baseada e voltada para o Islamismo, expressas no livro *Hokumat-e Eslami: Velayat-e Faqih*.

tomaram as ruas das maiores cidades do país (Axworthy, 2008, p. 243; Pollack, 2005, p. 127).

Khomeini se tornou assim o ponto focal de toda a revolução, posição que lhe permitiu guia-la na direção que desejava apesar da heterogeneidade dos grupos envolvidos. Pollack ainda argumenta que a centralidade da figura de Khomeini garantiu que a revolução assumisse algumas das posições centrais de seu discurso, sendo as mais importantes a necessidade do Xá ser deposto e o caráter antiamericano da revolução. Segundo o autor:

Porque o anti-americanismo já era predominante em toda a sociedade iraniana na década de 1970 e porque o Xá foi amplamente considerado um fantoche norte-americano, parece provável que o movimento de protesto que começou em 1977, inevitavelmente, tenha tido alguns aspectos anti-americanos. Mas foi Khomeini quem fez a revolução ser sobre o anti-americanismo, assim como ele fez ser sobre a derrubada do xá (Pollack, 2005, p.127-128, tradução nossa).

Os protestos continuaram por todo o ano de 1978 e, conforme cresciam, a resposta do regime se tornava cada vez mais violenta. Assim, o que se iniciou como um protesto localizado de estudantes contra a difamação de um líder religioso em exílio, evoluiu para uma onda de manifestações públicas que permeavam diversas classes sociais. No começo de setembro o Xá, em uma tentativa desesperada de conter as manifestações, impôs lei marcial em todo o território nacional, resultando apenas em uma nova onda de protestos no dia 08 de setembro. Esse dia ficou conhecido como a “sexta-feira negra” devido a brutal resposta do regime, matando mais de 2.000 pessoas apenas em Teerã.

Neste ponto o Xá, então já sofrendo os efeitos do câncer que o mataria menos de dois anos depois, tentou contornar a situação prometendo eleições livres e reparações aos erros do passado. Já era tarde demais: o clima de animosidade e violência que se instaurou havia tornado o regime insustentável. Assim, no dia 16 de janeiro de 1979, Mohammad Reza Pahlavi deixou o Irã. No dia primeiro de fevereiro, Aiatolá Khomeini retornava após uma década e meia de exílio.

Após uma última tentativa de preservar a antiga ordem, no dia 11 de fevereiro as forças militares declararam sua neutralidade. No dia 15 de fevereiro um tribunal

revolucionário condenou à morte várias figuras proeminentes da era Pahlavi, incluindo o até então líder do SAVAK. O primeiro ministro nomeado pelo Xá pouco antes de partir para o exílio, Shapur Bakhtiar, renunciou ao cargo e partiu igualmente do Irã. Um governo provisório foi estabelecido tendo em seu centro um Conselho Revolucionário apoiado por comitês espalhados por todo o país. Embora o liberal Mehdi Bazargan tenha assumido o posto de primeiro ministro, Khomeini estava no centro de todo o processo (Axworthy, 2008, p. 262).

O novo texto constitucional foi aprovado no dia primeiro de abril de 1979 por meio de um referendo popular com 99% dos votos favoráveis. Nascia ali oficialmente a República Islâmica do Irã. Apesar do nome adotado, é válido notar que o produto final é um híbrido, uma mistura única entre teocracia e democracia. Seu preâmbulo reafirmava a fé na justiça divina e nos ensinamentos do profeta Maomé e negava todas as formas de autoritarismo, colonialismo e imperialismo. A Khomeini foi garantida a posição vitalícia de Líder Supremo, cargo ao qual foi garantido amplos poderes para estabelecer políticas e supervisionar suas implementações, mediar o diálogo entre os três poderes, destituir o presidente e barrar os candidatos para o cargo e, como comandante chefe das forças armadas, apontar seus comandantes e declarar guerra e paz. Por outro lado, a constituição igualmente garantiu importantes concessões democráticas: aos eleitores (entendidos como todos os homens e mulheres acima de 16 anos) foi garantida a eleição por voto direto e secreto ao presidente, ao congresso nacional e aos conselheiros locais. O presidente, eleito por 4 anos com um limite de dois mandatos, é definido como o chefe do executivo e maior autoridade após o líder supremo, sendo responsável por apontar ministros, embaixadores, governadores e prefeitos e pela implementação de políticas a nível nacional e internacional (Abrahamian, 2008, p. 164-166).

A resposta norte-americana para a revolução que ocorria no Irã tardou a aparecer, sobretudo devido a bifurcação na alta cúpula decisória do país. Se por um lado o Conselho de Segurança Nacional, na época presidido por Zbigniew Brzezinski, advogou a favor de uma intervenção militar, por outro o Departamento de Estado defendeu o apoio as forças liberais mais moderadas que compunham uma parcela do grupo revolucionário, abordagem baseada na crença de que Khomeini se veria obrigado a entregar a liderança da revolução para a classe média liberal, pois estes seriam o único

grupo com capacidade técnica de gerir a nação. Em última instância, a postura adotada pelo presidente Carter foi a manutenção de uma aparente neutralidade enquanto enviava o general Robert Huyser para, caso se provasse estritamente necessário, tentar convencer as forças armadas iranianas a tomar o controle da nação (Pollack, 2005, p. 147-148).

As relações entre os dois Estados se tornaram críticas em novembro de 1979, quando o Xá Mohammad Reza Pahlavi teve sua entrada permitida em território norte-americano para tratar de seu câncer⁷. Em resposta, centenas de estudantes partidários de Khomeini invadiram a embaixada norte-americana em Teerã e tomaram de reféns os funcionários que lá estavam. Vale notar que embora a presença do Xá nos EUA tenha sido o estopim e a razão declarada para a crise dos reféns, não foi a única razão motora para a mesma. Nesse sentido, Abrahamian destaca o peso do golpe de 1953 na memória iraniana, segundo ele “os estudantes estavam convencidos de que a CIA estava usando a embaixada como sede e planejando uma repetição do golpe de 1953” (Abrahamian, 2008, p. 168, tradução nossa). Pollack destaca ainda o caráter paranoico do movimento revolucionário e o excesso de medidas tomadas para garantir que os eventos de 1953 não se repetissem, todavia, admite que a paranoia iraniana não era infundada (Pollack, 2005, p. 148).

Embora não existam evidências concretas para negar ou confirmar que Khomeini tenha tido qualquer participação ativa na tomada da embaixada ou sequer tivesse ciência prévia do que ocorreria, é inegável que soube tirar proveito da situação para extrair ganhos imediatos. A crise resultou em um golpe certo na administração de Bazargan e de seus partidários da corrente revolucionária mais moderada, deixando em evidência a pouca governança que detinha sobre os rumos do país e levando-o a resignar ao cargo no momento em que Khomeini passou a apoiar abertamente a atitude dos estudantes. Se a crise impactou diretamente o cenário político doméstico iraniano, nos EUA o impacto foi igualmente sentido: a humilhação da crise dos reféns somada a malfadada tentativa de resgate em abril de 1980 contribuiu para a derrota de Carter em sua tentativa de reeleição (Axworthy, 2008, p. 265). A crise seria eventualmente

⁷ Mohammad Reza Pahlavi viria a falecer por conta da doença em julho de 1980.

solucionada⁸, porém seu impacto nas relações dos dois Estados seria sentido pelas décadas que seguiriam, sendo definido por Hunter como “o evento mais traumático” (Hunter, 2010, p. 37, tradução nossa) dentro de um relacionamento marcado pelo fluxo constante de hostilidades mútuas.

Um novo desafio se impôs a República Islâmica do Irã em setembro de 1980, quando tropas de iraquianas Saddam Hussein invadiram o território iraniano⁹, dando início a uma guerra que duraria 8 anos. Embora tenha causado milhares de baixas entre civis e militares, o conflito garantiu ao regime uma importante ferramenta para promover a união nacional contra um inimigo em comum. Nas palavras de Abrahamian,

mesmo aqueles com fortes reservas sobre o regime estavam dispostos a apoiar o governo em um momento de emergência nacional. Tornou-se uma guerra revolucionária de inspiração religiosa e patriótica (Abrahamian, 2008, p.176, tradução nossa).

De modo semelhante, a guerra foi utilizada pelo governo iraniano para ampliar seu controle de setores chave da sociedade, o que em última instância pode ter garantido a governança necessária para o triunfo definitivo da revolução.

Ao longo da guerra, os EUA mantiveram uma postura oficialmente neutra, buscando manter o equilíbrio entre os dois Estados. Embora tenha garantido ao Iraque um amplo suprimento de armas e tenham ignorado o uso de armas químicas por parte do regime iraquiano (Hunter, 2010, p.40), há de se notar o acordo secreto¹⁰ de venda de armas norte-americanas e israelenses ao Irã entre agosto de 1985 e outubro de 1986, em troca do apoio iraniano na libertação de reféns norte-americanos sob a custódia do Hezbollah (The New York Times, 1987). Ramazani destaca esse episódio como uma das maiores evidências disponíveis para vislumbrar os complexos sistemas que impulsionam tanto a política externa norte-americana quanto iraniana, caracterizados,

⁸ Os reféns foram libertados no dia 20 de janeiro de 1981. Nesse mesmo dia, Carter deixava a presidência dos EUA e assumia o republicano Ronald Reagan.

⁹ Como aponta Axworthy (2008, p. 267), não há um consenso sobre as razões que teriam levado a agressão por parte das forças iraquianas, estando a maior parte das opiniões voltadas para a hipótese de que Hussein desejava obter o controle do rio Shatt al-Arab ou do ataque ser uma resposta a propaganda revolucionária iraniana direcionada a população xiita iraquiana entre 1979 e 1980.

¹⁰ O acordo foi revelado pela mídia norte-americana em novembro de 1986, ficando conhecido como o “Escândalo Irã-Contra”.

sob a perspectiva cognitiva, por uma intrincada relação entre ideologia e pragmatismo (Ramazani, 2004, p.556).

Os EUA e outras nações não combatentes tomaram parte no conflito apenas em 1984, quando forças iraquianas atacaram um navio de carga iraniano no Golfo Pérsico, impelindo alguns Estados a mover forças para a região com o objetivo de proteger embarcações civis em águas internacionais. Isso acabou levando a um incidente em 3 de julho de 1988, no qual o cruzador norte-americano USS Vincennes adentrou em território naval do Irã e acidentalmente abateu uma aeronave civil iraniana, matando 290 passageiros (Axworthy, 2008, p. 269).

Embora em maio de 1983 o Irã tenha obtido êxito em expulsar as tropas iraquianas invasoras, mudando a direção do conflito e levando a guerra até Saddam Hussein, a exaustão dos recursos após 8 anos de guerra e a percepção de que os EUA não permitiriam que o Irã de vencesse o conflito (fortalecida sobretudo pelo incidente do USS Vincennes), por fim levou o Irã a aceitar no dia 20 de julho de 1988 o cessar-fogo proposto pela resolução 598 da ONU, ao qual Khomeini se referiu como “beber o cálice do veneno” (Axworthy, 2008, p. 269, tradução nossa).

Meses depois, em 3 de junho de 1989, Khomeini veio a falecer após 11 dias internado. Tendo consciência do pouco tempo de vida que lhe restava, Khomeini tomou providências para que a transição do poder se desse do modo mais organizado possível. Para isso, nomeou um conselho de reforma constitucional composto por 25 membros, os quais nomearam o clérigo e então presidente iraniano Ali Khamenei como novo líder supremo. Embora fosse uma das personalidades políticas iranianas mais próximas de Khomeini, Khamenei não era uma unanimidade entre as forças políticas iranianas, sobretudo entre as mais conservadoras. Nesse sentido, Pollack por exemplo destaca a recusa de certos grupos religiosos em se referir a Khamenei pelo título de Aiatolá (Pollack, 2005, p. 240). Curiosamente, Ali Khamenei ocupou simultaneamente os cargos de líder supremo e presidente do Irã até o fim do seu mandato presidencial em 3 de agosto de 1989, quando assume Akbar Hashemi Rafsanjani.

Neste ponto é necessário um estudo mais aprofundado de como funciona o sistema decisório no Irã após a revolução de 1979. Em última instância, a decisão final em assuntos relacionados a política externa iraniana cabe ao líder supremo, na prática

isso significa que a ele cabe determinar as principais direções a serem seguidas pela nação (Hunter, 2010, p.29). Todavia, a responsabilidade de organizar e colocar em prática as políticas nacionais recai sobre o presidente, garantindo a este certa liberdade para adotar metodologias e discursos mais conservadores ou liberais. Duas coisas, porém, ainda devem ser levadas em consideração: primeiro, embora o presidente seja eleito por voto popular, os candidatos ao cargo precisam ser previamente aprovados pelo conselho dos guardiões, tornando improvável que o presidente tente destoar das diretrizes impostas pelo líder supremo (Hunter, 2010, p.23); segundo, apesar de aparentar ser um regime fechado, a revolução iraniana criou um cenário no qual os mais diversos grupos, anteriormente calados pelo julgo da dinastia Pahlavi, são responsáveis por influenciar os rumos da nação em um jogo político no qual o líder supremo é o ator e a peça central (Rezaei, 2008, p.47). Embora estes elementos tenham sido contidos durante a era Khomeini, sobretudo devido ao seu peso político individual e a sua aparente tendência a participar ativamente da aplicação da política externa iraniana, estes são fatores determinantes para compreender a evolução na postura internacional do Irã na era Khamenei.

Com a morte de Khomeini e a ascensão de Khamenei e Rafsanjani para os postos de líder supremo e presidente do Irã (respectivamente), havia a expectativa que a postura iraniana a nível internacional se alterasse para se acomodar as condutas mais moderadas apresentada por ambos até então. Todavia, embora Rafsanjani tenha se esforçado para implementar políticas mais moderadas a nível internacional, buscando meios de reparar as relações junto aos Estados europeus e estudando uma reaproximação junto aos EUA, sua gestão foi marcada por vários vetos do líder supremo à política externa por ele tentada.

Essa guinada para vertentes mais radicais executada por Khamenei nos primeiros anos como líder supremo parece estar associado à sua delicada posição como sucessor de Khomeini. Como sugere Pollack (2005, p.242),

a fonte mais importante de sua legitimidade [...] estava em sua adesão aos preceitos de Khomeini, e, assim, sua tarefa mais importante era executar fielmente a vontade do Imam (Pollack, 2005, p.242, tradução nossa).

Assim, para garantir sua própria legitimidade aos olhos da sociedade iraniana (sobretudo em relação as parcelas mais conservadoras desta), Khamenei parece ter optado pela adoção de uma postura menos pragmática do que a apresentada pelo próprio Khomeini em alguns momentos. Dessa forma, os primeiros anos de Khamenei como líder supremo, sobretudo durante o mandato presidencial de Rafsanjani (1989-1997), acabaram sendo marcados por uma política externa confusa para o observador externo, na qual, ao mesmo tempo que o Irã iniciava uma tentativa de reaproximação com o ocidente, ampliava o apoio a movimentos islâmicos como o Hezbollah e o Hamas (então considerados por muitos Estados como organizações terroristas) e os esforços para o desenvolvimento de um programa nuclear iraniano, iniciados ainda na época do Xá e inicialmente abandonados após a revolução, os quais contudo foram retomados no período da Guerra Irã-Iraque (Pollack, 2005, p. 253-259).

A postura internacional do Irã só foi de fato alterada a partir de 1997 com a eleição do moderado Mohammad Khatami. Diferente de seu antecessor, Khatami foi capaz de conquistar o apoio do líder supremo e levar adiante seus projetos para a política externa iraniana, a qual, como apontam Ehteshami e Zweiri, foi no período guiada por dois objetivos: fortalecer a percepção sobre a ligação entre a política doméstica e externa iraniana e melhorar as relações com o Irã junto ao resto do mundo por meio de uma política de “*détente* e respeito mútuo” (Ehteshami, Zweiri, 2008, p. XIV, tradução nossa).

Em termos de política externa, durante seu governo Khatami foi capaz de conquistar vitórias em múltiplos fronts: sua política conciliatória e proativa foi responsável por restaurar as relações com importantes Estados europeus como França, Espanha, Grécia e Itália; a aparente disposição em cooperar com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e negociações junto ao Reino Unido, Alemanha e França reduziram parcialmente a pressão sobre o programa nuclear iraniano; seus esforços para suavizar as relações com os demais Estados do Golfo Pérsico, especialmente a Arábia Saudita, reduziram a pressão regional sobre o Irã e; a ampla aceitação de sua proposta para a ONU proclamar o ano de 2001 como “Ano do Diálogo entre Civilizações” ajudaram a garantir que a percepção de grande parte da

comunidade internacional acerca do Irã fosse alterada no período (Ramazani, 2008, p. 9-10. Ver também: UNESCO, 2001).

Contudo, as tentativas de aproximação com os EUA sem dúvida resultaram no maior fracasso da política externa perseguida por Khatami. Em diversas ocasiões, lideranças iranianas sinalizaram o desejo à reabertura do diálogo junto aos EUA: após os ataques de 11 de setembro de 2001, Khatami e Khamenei condenaram as ações terroristas enquanto civis iranianos demonstravam sua empatia por meio de vigílias nas ruas de Teerã, posteriormente, o Irã deu apoio a coalisão contra o Taliban e ajudou a persuadir a Aliança do Norte a aceitar os arranjos políticos para o Afeganistão pós-Taliban (Axworthy, 2008, p. 284). Apesar destes sinais de paz, o presidente norte-americano George W. Bush, em um discurso proferido no dia 29 de janeiro de 2002, definiu o Irã como um Estado que “agressivamente persegue essas armas [de destruição em massa] e exportam o terror”, incluindo-o junto com Iraque e Coreia do Norte no chamado “Eixo do Mal” (Bush, 2002, tradução nossa).

A oportunidade perdida para desconstruir o padrão de inimizade entre os dois Estados teve suas repercussões intensificadas à luz dos eventos que se seguiram. A nona eleição presidencial iraniana, ocorrida em junho de 2005, levou ao poder o até então prefeito de Teerã, Mahmoud Ahmadinejad, integrante de correntes mais conservadoras e radicais da política iraniana que condenavam a postura branda de Khatami em relação ao ocidente. Durante seus 8 anos de governo (2005-2013), Ahmadinejad voltou novamente o Irã para o modelo de política externa originalmente formulado na década de 1980, priorizando o relacionamento com os países em desenvolvimento. Simultaneamente, reviveu uma intensa retórica antiocidental, sobretudo em relação aos EUA e a Israel, e protagonizou momentos como seu discurso na 66ª Assembleia Geral da ONU, quando o diplomata norte-americano e outros 27 representantes europeus boicotaram seu discurso após este classificar os EUA e a Europa como “potências arrogantes governadas pela ganância” (Estadão, 2011).

Essa nova agressividade do discurso iraniano acabou por refletir nas negociações acerca de seu programa nuclear. Apesar de ter se tornado signatário de protocolos adicionais da AIEA em 2003, os quais garantiriam a agência a autoridade para inspecionar instalações e demandar relatórios, o Irã efetivamente parou de respeitar tais

protocolos em 2006 (Keer, 2015, p. 4). Embora ao longo dos dois anos seguintes o diálogo entre a AIEA e a administração de Ahmadinejad tenha sido reestabelecido, foi negado à agência o acesso a várias instalações e dados, os quais, segundo o discurso iraniano, dariam acesso “a informações sensíveis relacionadas a suas atividades militares e mísseis convencionais” (in Keer, 2015, p. 2, tradução nossa). Ainda em 2006, EUA, Rússia e China passaram a integrar o grupo de negociações formado por Reino Unido, França e Alemanha (comumente designado de P5+1, em uma alusão aos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha). Embora logo no início tenham emitido um pronunciamento reafirmando os direitos do Irã de utilizar a tecnologia nuclear para fins pacíficos sobre estrita supervisão da comunidade internacional (Alemanha, China, EUA, França, Reino Unido, Rússia, União Europeia, 2006), na prática as negociações passaram a ser combinadas com uma política de aplicação de sanções ao Irã pelo Conselho de Segurança da ONU, totalizando ao todo seis resoluções condenando o programa nuclear iraniano entre 2006 e 2010 (Security Council, 2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2010).

O impacto das sanções sobre a economia iraniana foi devastador, incluindo severas reduções nos padrões de vida (sobretudo da classe média) e uma queda no poder de compra da moeda iraniana (rial iraniano) de 50% apenas no ano de 2013. Adicionalmente, as restrições de comércio impostas pelo ocidente foram responsáveis por bloquear a importação de produtos de suma importância, como medicamentos (Fathi, 2014).

Finalmente, as eleições de 2013 trouxeram uma nova mudança na postura iraniana com a eleição do moderado Hassan Rouhani. Defendendo uma postura de reaproximação com o ocidente e tendo o apoio declarado do líder supremo, Rouhani iniciou uma nova rodada de negociações com o P5+1, obtendo ainda em novembro de 2013 uma suspensão parcial das sanções impostas. Finalmente, após meses de debate e contínuos prolongamentos nos prazos iniciais estabelecidos para negociação, no dia 14 de julho de 2015, o Irã e o P5+1 assinaram um acordo histórico para limitar os avanços do programa nuclear iraniano em troca da redução gradativa das sanções econômicas impostas ao país uma vez que a AIEA possa confirmar a implementação dos compromissos firmados (BBC, 2015). Mais do que a solução de uma desavença, este

acordo marca a primeira vez em três décadas e meia que lideranças iranianas e norte-americanas demonstram estar dispostas a manutenção do diálogo a médio-prazo, sendo, portanto, um potencial ponto de partida para muitas mudanças nas relações internacionais do Oriente Médio, estando estas intimamente ligadas a atual agenda norte-americana para a região.

3. Um olhar sobre a região: desenvolvimentos recentes e as atuais agendas norte-americana e iraniana para o oriente médio

Nas décadas recentes o Oriente Médio tem se apresentado como um desafio único aqueles que se dedicam a estudar suas dinâmicas de segurança e a formular políticas de nível internacional para a região, sendo ela caracterizada por sua singular instabilidade e imprevisibilidade, as quais aparentam ter se intensificado com o início do século XXI.

Como já apontavam Buzan e Waever em 2003, o conflito árabe-israelense, embora ainda retenha grande importância política e simbólica, não é mais o epicentro das dinâmicas regionais (Buzan; Waever, 2003, p. 215). Nesse mesmo sentido, a própria agenda norte-americana para a região foi severamente moldada pelos acontecimentos das décadas de 1990 e 2000, dos quais se destacam a primeira Guerra do Golfo, os ataques de 11 de setembro de 2001, a Guerra ao Terror e as invasões do Iraque e do Afeganistão com as subsequentes derrubadas dos regimes de Saddam Hussein e do Taliban nestes Estados, respectivamente.

Com a eclosão da Primavera Árabe em 2011, uma nova sucessão de eventos impactou a região, ampliando ainda mais o nível de imprevisibilidade associado as suas dinâmicas, sejam elas a nível doméstico ou internacional. As ondas de protestos que atingiram mais de uma dezena de Estados, entre os quais se incluem Tunísia, Egito, Iraque, Iêmen, Líbano, Líbia e Síria, inicialmente vistas com otimismo pela academia e pela comunidade internacional, em uma perspectiva de médio-prazo acabaram por lançar região em um cenário de completo caos, obtendo certo grau de sucesso apenas na Tunísia, ao passo que promoveu duas derrubadas de governos no Egito e no Iêmen e mergulhou a Líbia e a Síria em sangrentas guerras civis. Tais mudanças na conjuntura

política do Oriente Médio naturalmente afetaram relações entre Irã e EUA, criando duas conjunturas nas quais os interesses dos dois Estados parecem convergir.

Primeiramente, há de se considerar os efeitos da derrubada do regime de Saddam Hussein e a Primavera Árabe sobre o conturbado relacionamento entre Irã e Arábia Saudita, uma das principais vozes contrárias ao acordo nuclear iraniano. Historicamente, os dois Estados alimentam um padrão histórico de animosidade, relacionado primariamente a busca de ambos pela hegemonia regional. Porém, tal processo deve ser entendido em sua própria essência sobre o prisma da religião: sendo o Irã e a Arábia Saudita os dois principais Estados ligados as duas maiores correntes do islamismo, respectivamente o xiismo e o sunismo, os constantes embates visando a ampliação de suas áreas de influência se dão através do apoio a grupos políticos dentro dos demais Estados da região, divididos conforme a vertente do islamismo que professam. Tal processo foi intensificado pela derrubada do regime sunita de Saddam Hussein (o que permitiu a posterior ascensão de um regime xiita no Iraque) e pela Primavera Árabe, responsável por desestabilizar os regimes da região, deixando os cenários políticos domésticos mais suscetíveis as influências externas perpetradas pelos dois Estados.

Nesse contexto compreende-se a posição inicial do governo saudita contrária ao acordo firmado sobre o programa nuclear iraniano (The Telegraph, 2015). Todavia, ao se considerar recentes tensões entre a Arábia Saudita e a Casa Branca, sobretudo no tocante as políticas econômicas predatórias adotadas pela Arábia Saudita para enfrentar a crescente produção doméstica de petróleo nos EUA, torna-se deveras questionável a influência que o governo saudita atualmente detém sobre a formulação da política externa norte-americana (Bremmer, 2015). Nesse sentido, o cenário mais provável é que a Arábia Saudita trabalhe para que o governo norte-americano leve em consideração suas demandas enquanto os EUA tendem a se aproveitar da interdependência claramente assimétrica ao seu favor para atender apenas as reivindicações mais sérias para a Arábia Saudita, mantendo-a alinhada ao mesmo tempo que garante espaço para manobrar com segurança sua agenda para o Irã.

Em segundo lugar, é necessário considerar os impactos do surgimento do autodenominado Estado Islâmico (EI), organização extremista que emergiu durante a

guerra civil Síria, embora seu núcleo tenha se originado nos movimentos de insurgência antiamericanos no Iraque. Professando o islamismo sunita, o EI afirma autoridade religiosa sobre todos os muçulmanos do mundo e tem como objetivo declarado estabelecer um califado cujos limites territoriais cobririam todo o Oriente Médio, o Norte da África e a Península Ibérica.

Para compreender as como as respostas iraniana e norte-americana frente a tal ameaça se conectam, é necessário compreender a situação sob a perspectiva de ambos os Estados. Por um lado, o Irã é um alvo natural do Estado Islâmico, uma vez que divide fronteiras com o Iraque e a maioria de sua população xiita, sendo este um dos grupos mais perseguidos pelo EI nas regiões por ele atualmente ocupadas. Adicionalmente, parece haver um receio por parte de Teerã que a constante agitação acabe inflamando a minoria sunita que vive no país (Adelkhah, 2015). Já, sob a perspectiva norte-americana, entende-se que a crise humanitária causada pelos atos do EI (que incluem atividades terroristas, crimes de guerra, limpeza étnica, perseguições religiosas e destruição de patrimônios da humanidade), se desenvolveu em tamanho grau em grande parte pelo caos deixado após a ocupação norte-americana no Iraque e pela inação nos estágios iniciais da crise na Síria, criando um cenário no qual os EUA precisam agir em menor ou maior escala ou sofrer com um custo político muito elevado a nível internacional. Todavia, após as prolongadas ocupações do Iraque e do Afeganistão e todos os traumas causados na sociedade norte-americana pela Guerra ao Terror, Washington buscará avidamente evitar ocupar novos territórios no Oriente Médio.

Tal conjuntura política acaba por criar um curioso cenário, no qual dois Estados, tradicionalmente retratados como inimigos por seus próprios discursos oficiais (os quais chegaram a incluir títulos notavelmente alegóricos como “O Grande Satã” e “membro do Eixo do Mal”), se encontram lado a lado contra um adversário que os identifica como seus inimigos. Em termos práticos, até o momento o que tem se visto é a execução de ataques aéreos por parte das forças norte-americanas enquanto as tropas iranianas executam uma intervenção militar por terra e dão apoio logístico ao exército iraquiano (Reuters, 2014). Se tais medidas fossem tomadas por parte de um dos dois Estados em outro cenário, automaticamente conduziria a severas críticas por parte do

outro. Todavia, dado o atual contexto, nota-se uma ausência de reprovações mútuas inédita desde a Revolução Iraniana de 1979, chegando até mesmo ao ponto de autoridades iranianas formalmente aprovarem os ataques aéreos norte-americanos contra o EI e admitirem a possibilidade de uma cooperação real no combate a ele (CNN, 2014).

Assim, a realidade aparente é: o Irã necessita que o EI seja derrotado o quanto antes para reduzir as chances de uma crise interna, porém, deve procurar evitar o gasto de recursos para não ficar fragilizado frente a velhos adversários regionais, dentre os quais certamente se destaca a Arábia Saudita; simultaneamente, os EUA são impelidos a agir para tentar minimizar os danos possibilitados pelos seus desastrosos atos prévios, todavia, para de fato derrotar o EI será necessária uma intervenção de forças terrestres e, na atual conjuntura, o Irã parece ser o único Estado para quem o governo norte-americano pode transferir esse trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a normalização das relações com o Irã parece ser a chave para resolver ou, ao menos, facilitar a resolução de algumas das principais problemáticas dos EUA no Oriente Médio. Nesse sentido, certamente o tópico de maior destaque é o combate ao Estado Islâmico. Entende-se que o atual cenário impõe à Washington uma situação na qual a postura estratégica com ganhos mais evidentes é atingir um ponto de neutralidade frente ao Irã. Tal postura tornaria as ações simultâneas dos dois Estados no combate ao Estado Islâmico menos complexa sob a perspectiva política, abrindo até mesmo oportunidades para cooperação de baixo nível neste assunto específico, a depender de como o processo de normalização das relações ocorra.

Como contra-argumento a esta teoria, a histórica inimizade entre Irã e Arábia Saudita poderia atuar como um empecilho, todavia, é possível traçar outra hipótese. Embora uma maior aproximação entre EUA e Irã seja tremendamente improvável, não apenas frente a aspectos ideológicos e cognitivos, mas também geopolíticos (dado a pressão que seria gerada sobre a aliança dos EUA junto a Arábia Saudita), um status neutro em relação a Teerã jogaria toda a responsabilidade de conter e balancear o Irã

para o governo Saudita. O resultado desse movimento, apesar de todas as respostas político-econômicas que podem vir da Arábia Saudita, é que o país árabe tende a se ver ainda mais dependente dos EUA para comprar seu petróleo, fornecer equipamentos bélicos e intervir em casos extremos. De fato, já é perceptível a alteração da postura saudita, tendo discurso oficial do governo abandonado as críticas diretas ao acordo com o Irã, chegando ao ponto de seu ministro das relações exteriores, durante uma visita oficial a Casa Branca em setembro de 2015, declarar que “O Reino da Arábia Saudita está satisfeito com as garantias [impostas pelo acordo]” e que “acreditam que o acordo irá contribuir para a segurança e estabilidade da região” (The New York Times, 2015, tradução nossa), sinalizando uma clara tentativa de reaproximação e redução das tensões com Washington.

Assim, ao normalizar as relações com o Irã, os EUA não só criam o caminho para resolver a crise no Iraque e na Síria (inclusive se utilizando das tropas iranianas para evitar envolver suas próprias forças de intervenção terrestre), mas também aumentam a dependência da Arábia Saudita em relação ao governo norte-americano ao delegar a seu problemático aliado a maior parcela da responsabilidade de conter seu velho inimigo.

Naturalmente, tamanha mudança política não se deve exclusivamente a uma conjuntura internacional adequada, sendo, antes de tudo, resultado de uma conjuntura doméstica favorável. Ao se tratar de dois Estados que ao longo das últimas décadas tiveram como seus principais representantes vários políticos como George W. Bush e Mahmoud Ahmadinejad, seguramente pode-se afirmar que é a primeira vez desde a Revolução Iraniana de 1979 em que Irã e EUA tem simultaneamente à sua frente dois líderes dispostos a dar demonstrações reais de estarem comprometidos a colocarem de lado o tradicional discurso de animosidades existente entre seus Estados em prol de objetivos em comum. Assim, as chances desse novo momento nas relações entre os governos norte-americano e iraniano prosperar recaem essencialmente sobre a manutenção de líderes pragmáticos a frente de ambos os Estados, capazes de desenvolver agendas a nível internacional que dialoguem entre si. Porém, essa talvez seja a maior debilidade do diálogo entre as duas nações, uma vez que há a constante

perspectiva de políticos como Obama e Rohani serem substituídos pelos já tradicionais conservadores alinhados ao velho discurso basilar de inimizado.

Referências

ABRAHAMIAN, Ervand. **Iran Between Two Revolutions**. Princeton: Princeton University Press, 1982.

_____. **A History of Modern Iran**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **The Coup – 1953, the CIA and the Roots of Modern U.S.-Iranian Relations**. Nova York: The New Press, 2013.

ADELKHAH, Nima. Iranian Intervention in Iraq against the Islamic State: Strategy, Tactics and Impact. **Terrorism Monitor**, Vol. 13, Issue 2. The Jamestown Foundation, 2015. Disponível em: <
[http://www.jamestown.org/programs/tm/single/?tx_ttnews\[tt_news\]=43442&cHash=07813e4bcb22432c8a96c557fa051c7f#.VkDvweL7zba](http://www.jamestown.org/programs/tm/single/?tx_ttnews[tt_news]=43442&cHash=07813e4bcb22432c8a96c557fa051c7f#.VkDvweL7zba)>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

Alemanha, China, EUA, França, Reino Unido, Rússia, União Europeia. **Elements of a proposal to Iran as approved on 1 June 2006 at the meeting in Vienna of China, France, Germany, the Russian Federation, the United Kingdom, the United States of America and the European Union**. 2006. Disponível em: <
http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/en/reports/90569.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

AXWORTHY, Michael. **A History of Iran – Empire of the Mind**. Nova York: Basic Books, 2008.

BBC. **EUA e Irã anunciam acordo nuclear; para Israel, é 'erro histórico'**. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150714_iraueaacordo_ebc>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

BREMMER, Ian. These 5 Facts Explain the Troubled U.S.-Arab Relationship. **Time**. 2015. Disponível em: <<http://time.com/3864061/these-5-facts-explain-the-troubled-u-s-arab-relationship/>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

BUSH, George W.. **State of the Union Address** (January 29, 2002). 2002. Disponível em: <<http://millercenter.org/president/speeches/speech-4540>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers** - The Structure of International Security. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

CNN. **Does Iran back U.S. military intervention in Iraq?**. 2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/08/12/opinion/iraq-iran-us-military/>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

EHTESHAMI, Anoushiravan. ZWEIRI, Mahjoob. **Iran's Foreign Policy** – From Khatami to Ahmadinejad. Berkshire: Ithaca Press, 2008.

ESTADÃO. **Diplomatas deixam Assembleia-Geral durante discurso de Ahmadinejad**. 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,diplomatas-deixam-assembleia-geral-durante-discurso-de-ahmadinejad,776130>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

FATHI, Nazila. **The Rouhani Paradox**. Foreign Policy. 2014. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2014/06/13/the-rouhani-paradox/>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

HERMANN, Charles. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HUNTER, Shireen T.. **Iran's Foreign Policy in the Post-Soviet Era – Resisting the New International Order**. Santa Barbara: Praeger. 2010.

KEER, Paul K.. **Iran's Nuclear Program: Tehran's Compliance with International Obligations**. Congressional Research Service. 2015.

POLLACK, Kenneth M.. **The Persian Puzzle: The Conflict Between Iran and America**. Nova York: Random House Trade Paperbacks, 2005.

RAMAZANI, R. K.. Ideology and Pragmatism in Iran's Foreign Policy. **Middle East Journal**, Vol. 58, N. 4, 2004.

_____. Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic. In: EHTESHAMI, Anoushiravan. ZWEIRI, Mahjoob. **Iran's Foreign Policy – From Khatami to Ahmadinejad**. Berkshire: Ithaca Press, 2008.

REUTERS. **Iran's elite Guards fighting in Iraq to push back Islamic State**. 2014. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2014/08/03/uk-iraq-security-iran-insight-idUKKBN0G30GG20140803>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

REZAEI, Ali Akbar. Foreign Policy Theories: Implications for the Foreign Policy Analysis of Iran. In: EHTESHAMI, Anoushiravan. ZWEIRI, Mahjoob. **Iran's Foreign Policy – From Khatami to Ahmadinejad**. Berkshire: Ithaca Press, 2008.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 1696**. 2006. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1696-2006.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

_____. **Resolution 1737**. 2006. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1737-2006.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

_____. **Resolution 1747**. 2007. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1747-2007.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

_____. **Resolution 1803**. 2008. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1803-2008.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

_____. **Resolution 1835**. 2008. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1835-2008.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

_____. **Resolution 1929**. 2010. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1929-2010.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

THE NEW YORK TIMES. **Iran-Contra Report**; Arms, Hostages and Contras: How a Secret Foreign Policy Unraveled. 1987. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1987/11/19/world/iran-contra-report-arms-hostages-contras-secret-foreign-policy-unraveled.html>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

_____. **Obama and Saudi King Sidestep Dispute Over Iran Nuclear Deal**. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/09/05/world/middleeast/obama->

and-saudi-king-sidestep-dispute-over-iran-nuclear-deal.html?_r=0>. Acesso em 09 de novembro de 2015.

THE TELEGRAPH. Saudi Arabia's King Salman backs Israel over Iran nuclear deal concerns. 2015. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/saudi-arabia/11756739/Saudi-Arabias-King-Salman-backs-Israel-over-Iran-nuclear-deal-concerns.html>> Acesso em 09 de novembro de 2015.

UNESCO. The United Nations Year of Dialogue among Civilizations. 2001. Disponível em: <<http://www.unesco.org/dialogue/en/background.htm>>. Acesso em 09 de novembro de 2015.